



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>IDISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO ADMINISTRATIVO I</b>	<b>C/H: 40 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5095</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 5º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

##### I – EMENTA

Noções preliminares de Direito Administrativo. Administração Pública. Poderes e deveres da Administração Pública. Poder de polícia. Ato administrativo. Contratos administrativos. Licitação. Serviços públicos. Concessão e permissão de serviços públicos.

##### II – OBJETIVOS

- Dominar e aplicar os fundamentos e os princípios gerais do Direito Administrativo.
- Conhecer a teoria dos atos administrativos.
- Descrever, analisar e discutir os elementos, características, espécies, condições de validade e invalidade do ato administrativo.
- Dominar e aplicar as noções de licitação e dos contratos administrativos, características, pressupostos e finalidades.
- Dominar e aplicar as noções básicas sobre o domínio público.

##### III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>UNIDADE 1</b>	<b>NOÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO ADMINISTRATIVO</b>
1.1	Breve histórico
1.2	Direito Público e Direito Privado
1.3	Conceito de Direito Administrativo
1.4	Regime jurídico administrativo
<b>UNIDADE 2</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
2.1	Estrutura administrativa
2.2	Sentidos da Administração Pública
2.3	Órgãos Públicos
2.4	Agentes Públicos
<b>UNIDADE 3</b>	<b>PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS</b>
3.1	Princípios administrativos expressos
3.2	Princípios administrativos reconhecidos
<b>UNIDADE 4</b>	<b>PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
4.1	Poder – Dever
4.2	Poderes administrativos
4.3	Deveres administrativos
<b>UNIDADE 5</b>	<b>PODER DE POLÍCIA</b>
5.1	Conceito de Poder de Polícia
5.2	Fundamento e finalidade
5.3	Atuação da Administração
5.4	Características
<b>UNIDADE 6</b>	<b>ATO ADMINISTRATIVO I</b>
6.1	Conceito
6.2	Elementos
6.3	Características
6.4	Mérito administrativo
6.5	Formação e efeitos
6.6	Classificação
<b>UNIDADE 7</b>	<b>ATO ADMINISTRATIVO II</b>
7.1	Espécies (quanto à forma e quanto ao conteúdo).
7.2	Extinção do ato administrativo.
7.3	Invalidação ou anulação. Revogação.
<b>UNIDADE 8</b>	<b>CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b>
8.1	Contratos administrativos
8.2	Características
8.3	Espécies
8.4	Formalização
<b>UNIDADE 9</b>	<b>CONTRATOS ADMINISTRATIVOS / LICITAÇÃO (LEI Nº 8.666/93)</b>
9.1	Execução / Inexecução dos contratos



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- 9.2 Extinção do contrato administrativo
- 9.3 Licitação. Conceito / natureza jurídica / objeto
- 9.4 Princípios da licitação

<b>UNIDADE 10</b>	<b>LICITAÇÃO (LEI Nº 8.666/93)</b>
10.1	Obrigatoriedade / Dispensa / Inexigibilidade
10.2	Modalidades de Licitação
10.3	Procedimento
<b>UNIDADE 11</b>	<b>SERVIÇOS PÚBLICOS</b>
11.1	Conceito. Classificação.
11.2	Princípios
11.3	Competência
11.4	Meios de prestação do serviço
<b>UNIDADE 12</b>	<b>CONCESSÃO E PERMISSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>
12.1	Concessão. Procedimento
12.2	Permissão. Procedimento

#### IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

#### V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

#### VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 12. ed. Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2005.
- CRETELLA JUNIOR, José. *Curso de direito administrativo*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PENAL ESPECIAL</b>	<b>C/H: 040 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>CÓDIGO: 5096</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	<b>PERÍODO: 5º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

**I – EMENTA**

Tóxicos. Abuso de autoridade. Crimes ambientais. Crimes Hediondos. Crime organizado. Crimes de trânsito. Estatuto do desarmamento. Lei de Imprensa. Interceptação telefônica. Juizados Especiais Criminais. Lavagem de Dinheiro. Sonegação fiscal. Terrorismo. Tortura.

**II – OBJETIVOS**

- Aprofundar estudos sobre as leis penais especiais.
- Relacionar os institutos das leis penais especiais com a Teoria Geral do Direito Penal e com o Direito Processual Penal.

**III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

<b>UNIDADE I</b>	<b>TÓXICOS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1.1 Aspectos gerais das leis 6.368 e 10.409.</li> <li>1.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>1.3 Aspectos penais processuais.</li> <li>1.4 Compatibilidade entre as leis de tóxicos.</li> <li>1.5 Tráfico de entorpecentes e lavagem de dinheiro.</li> </ul>
<b>UNIDADE II</b>	<b>ABUSO DE AUTORIDADE</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.1 Aspectos gerais da lei 4.898</li> <li>2.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>2.3 Aspectos penais processuais.</li> </ul>
<b>UNIDADE III</b>	<b>CRIMES AMBIENTAIS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.1 Aspectos gerais da lei 9.605</li> <li>3.2 Aspectos penais materiais</li> <li>3.3 Aspectos penais processuais.</li> <li>3.4 Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente.</li> </ul>
<b>UNIDADE IV</b>	<b>CRIMES HEDIONDOS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>4.1 Aspectos gerais da lei 8.072</li> <li>4.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>4.3 Aspectos penais processuais.</li> </ul>
<b>UNIDADE V</b>	<b>CRIME ORGANIZADO</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>5.1 Aspectos gerais da lei 9.034</li> <li>5.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>5.3 Aspectos penais processuais.</li> <li>5.4 Crime organizado em lavagem de dinheiro</li> </ul>
<b>UNIDADE VI</b>	<b>CRIMES DE TRÂNSITO</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>6.1 Aspectos gerais da lei 9.503</li> <li>6.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>6.3 Aspectos penais processuais.</li> </ul>
<b>UNIDADE VII</b>	<b>ESTATUTO DO DESARMAMENTO</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>7.1 Aspectos gerais da lei 9.503</li> <li>7.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>7.3 Aspectos penais processuais.</li> </ul>
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>LEI DE IMPRENSA</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>8.1 Aspectos gerais da lei 5.250</li> <li>8.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>8.3 Aspectos penais processuais.</li> <li>8.4 Disposições comuns aos crimes contra a honra.</li> </ul>
<b>UNIDADE IX</b>	<b>INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>9.1 Aspectos gerais da lei 9.296</li> <li>9.2 Aspectos penais materiais.</li> <li>9.3 Aspectos penais processuais.</li> <li>9.4 Provas obtidas por meios ilícitos.</li> </ul>
<b>UNIDADE IX</b>	<b>JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>10.1 Aspectos gerais da lei 9.099.</li> </ul>



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- 10.2 Fase preliminar e transação penal.  
 10.3 Procedimento sumaríssimo.  
 10.4 Suspensão condicional do processo.

<b>UNIDADE X</b>	<b>LAVAGEM DE DINHEIRO</b>
------------------	----------------------------

- 10.1 Aspectos gerais da lei 9.613.  
 10.2 Aspectos penais materiais.  
 10.3 Aspectos penais processuais.  
 10.4 Disposições administrativas.

<b>UNIDADE XI</b>	<b>SONEGAÇÃO FISCAL</b>
-------------------	-------------------------

- 11.1 Aspectos gerais da lei 8.137.  
 11.2 Aspectos penais materiais.  
 11.3 Aspectos penais processuais.  
 11.4 Concurso de Crimes.

<b>UNIDADE XII</b>	<b>TERRORISMO</b>
--------------------	-------------------

- 12.1 Aspectos gerais.  
 12.2 Aspectos penais materiais.  
 12.3 Aspectos penais processuais.  
 12.4 Imprescritibilidade.  
 12.5 Terrorismo e crime de lavagem de dinheiro.

<b>UNIDADE XIII</b>	<b>TORTURA</b>
---------------------	----------------

- 10.1 Aspectos gerais da lei 9.455.  
 10.2 Aspectos penais materiais.  
 10.3 Efeitos da condenação.

---

#### IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas e interativas
- Estudos de caso.
- Debates.
- Pesquisas individuais e em grupo.
- Seminários.

---

#### V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

---

#### VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. V. 2. São Paulo: Saraiva. 2004.

GOMES, Orlando. *Obrigações*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações - Das Modalidades e efeitos das Obrigações - 1ª parte*. São Paulo: Editora Saraiva.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações - Vol. II*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Responsabilidade Civil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil - Parte Geral das Obrigações*. V. 2. São Paulo: Editora Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salva. *Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos*. São Paulo: Atlas.

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL I (PROCESSO DE CONHECIMENTO)</b>	<b>C/H: 080 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5097</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 5º.</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

**PROGRAMA DA DISCIPLINA**

*I – EMENTA*

Processo de conhecimento. Competência. Elementos da demanda e condições da ação. Sujeitos do Processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Pressupostos processuais. Atos processuais. Sistema de nulidades processuais

*II – OBJETIVOS*

- Construir uma base teórica para o estudo da teoria geral do processo civil.
- Proporcionar ao estudante uma visão geral e sistemática do processo de conhecimento.
- Levar o estudante a compreender o ordenamento processual civil.

*III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO*

<b>UNIDADE I</b>	<b>RELAÇÃO JURÍDICA MATERIAL E RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL</b>
1.1	Noções de relação jurídica, situação jurídica, direito subjetivo, direito potestativo, pretensão e ação de direito material (autotutela)
1.2	Noção de “Monopólio da Jurisdição” (proibição da autotutela – CP art. 345)
1.3	Relação jurídica processual, direito subjetivo processual, pretensão processual, “ação” processual (demanda)
<b>UNIDADE II</b>	<b>A DEMANDA I</b>
2.1	Conceito de ação.
2.2	Condições da ação.
2.3	Pressupostos processuais
<b>UNIDADE III</b>	<b>A DEMANDA II</b>
3.1	Elementos identificadores da demanda: partes, causa de pedir e pedido.
3.2	Classificação da ação.
<b>UNIDADE IV</b>	<b>SUJEITOS DO PROCESSO. PARTES E PROCURADORES.</b>
4.1	Partes. Conceito e nomenclatura.
4.2	Substituição processual.
4.3	Capacidade processual.
4.4	Deveres das partes e dos procuradores.
<b>UNIDADE V</b>	<b>DESPESAS E MULTAS.</b>
5.1	Ônus financeiro do processo.
5.2	Sucumbência. Princípio da sucumbência.
5.3	Honorários de advogado.
5.4	Advogados. Capacidade postulatória.
5.5	Assistência judiciária (Lei nº 1.060/50).
<b>UNIDADE VI</b>	<b>RELAÇÃO PROCESSUAL PLÚRIMA. LITISCONSÓRCIO. CONCEITO. ESPÉCIES.</b>
6.1	Litisconsórcio. Conceito e classificação.
6.2	Espécies de litisconsórcio.
6.3	Litisconsórcio necessário e unitário.
6.4	Litisconsórcio multitudinário ou facultativo recusável.
<b>UNIDADE VII</b>	<b>INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. ASSISTÊNCIA SIMPLES E LITISCONSORCIAL. RECURSO DO TERCEIRO PREJUDICADO.</b>
7.1	Assistência simples.
7.2	Assistência litisconsorcial.
7.3	Recurso do terceiro prejudicado.
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. CONCEITO. ESPÉCIES. INTERVENÇÃO COACTA E VOLUNTÁRIA.</b>
8.1	Oposição.
8.2	Nomeação à autoria.
8.3	Denúnciação da lide.
8.4	Chamamento ao processo
<b>UNIDADE IX</b>	<b>O MINISTÉRIO PÚBLICO.</b>
9.1	O Ministério Público como parte e como fiscal da lei.
9.2	O princípio do promotor natural.
9.3	Obrigatoriedade da intervenção ministerial e nulidade do processo.
9.4	Prazo beneficiado para manifestação do Ministério Público.



<b>UNIDADE X</b>	<b>PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. (CONTROLE DA ADMISSIBILIDADE DO EXAME DO MÉRITO NO PROCESSO CIVIL).</b>
	<p>10.1 Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais.</p> <p>10.2 O mérito e as questões de mérito.</p> <p>10.3 As condições da ação e os pressupostos processuais.</p> <p>10.4 Classificação dos pressupostos processuais.</p> <p>10.5 Tentativa de enumeração dos pressupostos processuais.</p> <p>10.6 Nulidades processuais e o princípio da instrumentalidade das formas.</p>
<b>UNIDADE XI</b>	<b>ATOS PROCESSUAIS.</b>
	<p>11.1 Fato, ato e negócios jurídicos.</p> <p>11.2 Atos processuais: princípio da instrumentalidade das formas (CPC, art. 154); princípio da publicidade dos atos processuais. Casos de sigilo de justiça .</p> <p>11.3 Obrigatoriedade do uso do vernáculo (CPC, art. 156).</p> <p>11.4 Classificação dos atos processuais.</p>
<b>UNIDADE XII</b>	<b>ATOS PROCESSUAIS. ATOS DO JUIZ. ATOS DAS PARTES. ATOS DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA.</b>
	<p>12.1 Atos do juiz. Obrigatoriedade de motivação das decisões judiciais (C.F. art. 93, IX).</p> <p>12.2 Sentenças; decisões interlocutórias.</p> <p>12.3 Atos da parte.</p> <p>12.4 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria.</p>
<b>UNIDADE XIII</b>	<b>O TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS. PRAZOS. TERMOS. CLASSIFICAÇÃO. ESPÉCIES.</b>
	<p>13.1 A prática do ato processual no tempo e no espaço.</p> <p>13.2 Prazos. Conceito, classificação e natureza.</p> <p>13.3 Prazos próprios e impróprios.</p> <p>13.4 Contagem dos prazos. Termos <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>.</p> <p>13.5 Preclusão temporal, consumativa e lógica.</p>
<b>UNIDADE XIV</b>	<b>ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL. CITAÇÃO.</b>
	<p>14.1 1. Citação. Conceito operacional (art. 213).</p> <p>14.2 Formas de realização da citação: postal, mandado, edital, com hora certa (arts. 221 e segs.).</p> <p>14.3 Efeitos da citação (art. 219).</p> <p>14.4 Inexistência ou irregularidade da citação = nulidade (art. 214 e 225).</p>
<b>UNIDADE XV</b>	<b>ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO. CARTAS: PRECATÓRIA, ROGATÓRIA, DE ORDEM.</b>
	<p>15.1 Intimação. Conceito (art. 234).</p> <p>15.2 Formas de intimação.</p> <p>15.3 Intimação pessoal do Ministério Público e do Defensor Público.</p> <p>15.4 Cartas: carta precatória. carta rogatória. carta de ordem.</p>
<b>UNIDADE XVI</b>	<b>SISTEMA DE NULIDADES DO ATO PROCESSUAL.</b>
	<p>16.1 Existência, validade e eficácia dos atos processuais.</p> <p>16.2 Vícios sanáveis e insanáveis.</p> <p>16.3 Princípio da instrumentalidade das formas (CPC, art. 244).</p>

#### V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

#### VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Licções de direito processual civil*. Vol. I. Rio de Janeiro : Lumen Juris.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 1. ed. vol. I. [trad. Paolo Capitanio]. Campinas : Bookseller, 1998.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo curso de direito processual civil*. Vol. I. 3. ed. São Paulo: Saraiva.
- MARQUES, José Frederico. *Manual de direito processual civil*. 1. ed. vol. I. Campinas : Bookseller.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa.. *O novo processo civil brasileiro*. 19. ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro : Forense, 1997.
- SILVA, Ovídio A. Batista da. *Curso de processo civil*. Vol. I. 4. Ed. rev. e atual. São Paulo : Ed. Revista Dos Tribunais, 1998.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Forense. vol. I.

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL I</b>	<b>C/H: 080</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 5098</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	<b>PERÍODO: 5º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

**I – EMENTA**

Princípios do processo penal. Inquérito policial. Ação penal. Ação Civil. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes. Provas. Prisão. Liberdade provisória.

**II – OBJETIVOS**

- Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos dogmáticos do Direito Processual Penal.
- Desenvolver nos alunos o conhecimento e análise das categorias especiais do Direito Processual Penal.
- Possibilitar a aplicação dos princípios gerais do Direito Processual Penal.
- Interpretar e aplicar as normas processuais penais aos procedimentos em espécie.

**III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

<b>UNIDADE I</b>	<b>CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1.1 O direito de punir</li> <li>1.2 Pretensão punitiva e lide penal</li> <li>1.3 O processo penal</li> <li>1.4 Direito Processual Penal, conceito e características</li> </ul>
<b>UNIDADE II</b>	<b>PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.1 Finalidade do Processo Penal</li> <li>2.2 Sistemas Processuais</li> <li>2.3 Princípio do Estado de Inocência</li> <li>2.4 Princípio do Contraditório</li> <li>2.5 Princípio da Verdade Real</li> <li>2.6 Princípio da Oralidade</li> <li>2.7 Princípio da Publicidade</li> <li>2.8 Princípio da Obrigatoriedade</li> <li>2.9 Princípio da Oficialidade</li> <li>2.10 Princípio da Indisponibilidade do Processo</li> <li>2.11 Princípio do Juiz Natural</li> <li>2.12 Princípio da Iniciativa das partes e impulso oficial</li> <li>2.13 Outros Princípios do processo e do procedimento</li> <li>2.14 Fontes do Direito Processual Penal</li> </ul>
<b>UNIDADE III</b>	<b>INQUÉRITO POLICIAL</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>3.1 Persecução Penal</li> <li>3.2 Polícia Judiciária</li> <li>3.3 Conceito, natureza e finalidade do Inquérito Policial</li> <li>3.4 <i>Notitia Criminis</i></li> <li>3.5 Instauração do Inquérito no caso de ação pública condicionada</li> <li>3.6 Instauração do Inquérito no caso de ação pública incondicionada</li> <li>3.7 Instauração do Inquérito no caso de ação privada</li> </ul>
<b>UNIDADE IV</b>	<b>AÇÃO PENAL</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>4.1 Conceito e posição normativa</li> <li>4.2 Condições da ação penal</li> <li>4.3 Condições objetivas de punibilidade</li> <li>4.4 Condições de procedibilidade</li> <li>4.5 Pressupostos processuais</li> <li>4.6 Classificações</li> <li>4.7 Ação penal pública incondicionada, titularidade e princípios</li> <li>4.8 Ação penal pública condicionada, representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça</li> <li>4.9 Ação Penal nos crimes contra os costumes</li> <li>4.10 Ação Penal Privada, titularidade, princípios e espécies</li> <li>4.11 Denúncia e Queixa</li> <li>4.12 Causas de extinção da punibilidade</li> </ul>
<b>UNIDADE V</b>	<b>AÇÃO CIVIL</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>5.1 Reparação <i>ex delicto</i>, espécies</li> <li>5.2 Execução civil da sentença penal</li> </ul>



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

5.3 Efeitos da sentença absolutória penal

5.4 Legitimação e competência

<b>UNIDADE VI</b>	<b>JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA</b>
6.1	Jurisdição civil e penal
6.2	Competência
6.3	Prorrogação de Competência
6.4	Delegação de Competência
6.5	Espécies de Competência
6.6	Questões particulares
<b>UNIDADE VII</b>	<b>QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES</b>
7.1	Incidentes
7.2	Prejudicialidade
7.3	Efeitos
7.4	Exceções
7.5	Suspeição e impedimento
7.6	Incompetência de juízo
7.7	Litispendência
7.8	Ilegitimidade de parte
7.9	Coisa julgada
7.10	Incompatibilidades e impedimentos
7.11	Conflito de jurisdição
7.12	Restituição de coisas apreendidas
7.13	Medidas assecuratórias
7.14	Incidente de falsidade
7.15	Incidente de insanidade mental
<b>UNIDADE VIII</b>	<b>PROVAS</b>
8.1	Conceito e finalidade
8.2	Classificações
8.3	Meios de prova
8.4	Provas inadmissíveis
8.5	Exames do corpo de delito e perícias em geral
8.6	Interrogatório do acusado
8.7	Réu menor de 21 anos, doutrina e jurisprudência
8.8	Confissão
8.9	Perguntas ao ofendido
8.10	Testemunhas
8.11	Reconhecimento de pessoas e coisas
8.12	Acareação
8.13	Documentos
8.14	Indícios
8.15	Busca e Apreensão
<b>UNIDADE IX</b>	<b>PRISÃO</b>
9.1	Conceito e espécies
9.2	Prisão em flagrante
9.3	Prisão preventiva
9.4	Prisão temporária
9.5	Prisão administrativa
<b>UNIDADE X</b>	<b>LIBERDADE PROVISÓRIA</b>
10.1	Conceito e espécies
10.2	Liberdade provisória sem fiança
10.3	Liberdade provisória com fiança

---

**IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudo dirigido.
- Seminários.
- Leituras orientadas.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

---

*V – AVALIAÇÃO*

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

---

*VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA*

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo Penal*. São Paulo : Atlas Jurídico.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. Saraiva : Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. São Paulo : Saraiva.

GOMES, Luiz Flávio. *Direito Processual Penal*. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais



<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO CIVIL IV (CONTRATOS)</b>	<b>C/H: 80 h/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>JURÍDICO</b>	<b>CÓDIGO: 3517</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>PERÍODO: 5º</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

#### I – EMENTA

Teoria Geral dos Contratos. Formação, classificação dos Contratos. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Vícios redibitórios. Evicção. Contratos aleatórios. Contrato Preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Extinção do contrato. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de Coisas. Empréstimo, comodato, mútuo. Prestação de serviços. Empreitada. Depósito. Mandato. Outras espécies contratuais.

#### II – OBJETIVOS

- Estimular a visão crítica da Teoria dos contratos, seus institutos, categorias, princípios e regras que informam as relações jurídicas contratuais.
- Identificar os elementos constitutivos da relação contratual.
- Distinguir as espécies contratuais.
- Descrever, analisar, discutir e aplicar os princípios e regras que informam as relações contratuais.

#### III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>UNIDADE I</b>	<b>TEORIA GERAL DOS CONTRATOS</b>
1.1	Conceito
1.2	Evolução histórica
1.3	Função social do contrato
1.4	Contrato no Código de Defesa do consumidor
1.5	Condições de validade do contrato
1.5.1	requisitos subjetivos
1.5.2	requisitos objetivos
1.5.3	requisitos formais
<b>UNIDADE II</b>	<b>TEORIA GERAL DOS CONTRATOS</b>
2.1	Princípios fundamentais do direito contratual
2.1.1	Princípio da autonomia da vontade
2.1.2	Princípio da supremacia da ordem pública
2.2.3	Princípio do consensualismo
2.2.4	Princípio da relatividade dos efeitos do contrato
2.2.5	Princípio da obrigatoriedade dos contratos
2.2.6	Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva
2.2.7	Princípio da boa-fé e da probidade
<b>UNIDADE III</b>	<b>TEORIA GERAL DOS CONTRATOS</b>
3.1	Interpretação dos contratos
3.2	Conceito e extensão
3.3	Princípios básicos
3.4	Regras esparsas
3.5	Interpretação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor
3.6	Critérios práticos para interpretação dos contratos
3.7	Interpretação dos contratos de adesão
3.8	Pactos sucessórios
<b>UNIDADE IV</b>	<b>FORMAÇÃO DOS CONTRATOS</b>
4.1	A manifestação de vontade
4.2	Negociações preliminares
4.3	A proposta
4.3.1	Conceito e característica
4.3.2	A oferta no Código Civil
4.3.3	A oferta no Código de Defesa do Consumidor
4.4	A aceitação
4.4.1	Conceito e espécies
4.4.2	Hipóteses de inexistência de força vinculante da aceitação
4.5	Momento da conclusão do contrato
4.5.1	Contratos entre presentes
4.5.2	Contrato entre ausentes



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- 4.6 Lugar da celebração  
4.7 Formação dos contratos pela internet

<b>UNIDADE V</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS</b>
------------------	------------------------------------

- 5.1 Introdução  
5.2 Contratos unilaterais, bilaterais, e plurilaterais  
5.3 Contratos gratuitos ou benéficos e onerosos  
5.4 Contratos comutativos e aleatórios  
5.4.1 contratos aleatórios por natureza  
5.4.2 contratos acidentalmente aleatórios  
5.5 Contratos paritários e de adesão. Contrato-tipo  
5.6 Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo  
5.7 Contratos personalíssimos e impessoais  
5.8 Contratos individuais e coletivos  
5.9 Contratos principais e acessórios. Contratos derivados  
5.10 Contratos solenes e não solenes  
5.11 Contratos consensuais e reais  
5.12 Contratos preliminares e definitivos  
5.13 Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos, mistos e coligados. União de contratos

<b>UNIDADE VI</b>	<b>DA ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO / DA PROMESSA DE TERCEIRO</b>
-------------------	--

- 6.1 Da estipulação em favor de terceiro  
6.1.1 conceito  
6.1.2 escorço histórico  
6.1.3 Natureza jurídica da estipulação em favor de terceiro  
6.1.4 A regulamentação da estipulação de terceiro no Código Civil  
6.2 Da promessa de terceiro  
6.2.1 Introdução  
6.2.2 Promessa de fato de terceiro  
6.2.3 Inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002

<b>UNIDADE VII</b>	<b>DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS</b>
--------------------	--------------------------------

- 7.1 Disciplina no Código Civil  
7.1.1 Conceito  
7.1.2 Fundamento jurídico  
7.1.3 Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios  
7.1.4 Efeitos. Ações cabíveis  
7.1.4.1 coisas vendidas separadamente  
7.1.4.2 inadimplemento contratual  
7.1.4.3 erro quanto às qualidades essenciais do objeto  
7.1.4.4 coisa vendida em hasta pública  
7.2 Disciplina no Código de Defesa do Consumidor

<b>UNIDADE VIII</b>	<b>DA EVICÇÃO</b>
---------------------	-------------------

- 8.1 Conceito e fundamento jurídico  
8.2 Extensão da garantia  
8.3 Requisitos da evicção  
8.4 Verbas devidas  
8.5 Da evicção parcial

<b>UNIDADE IX</b>	<b>DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS</b>
-------------------	---------------------------------

- 9.1 Conceito e espécies  
9.2 Venda de coisas futuras  
9.2.1 risco concernente à própria existência da coisa: *emptio spei*  
9.2.2 risco respeitante à quantidade da coisa esperada: *emptio rei speratae*  
9.3 Venda de coisas existentes, mas expostas a risco

<b>UNIDADE X</b>	<b>DO CONTRATO PRELIMINAR / COM PESSOA A DECLARAR</b>
------------------	---

- 10.1 Contrato preliminar  
10.1.1 Conceito  
10.1.2 Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro  
10.1.3 A disciplina do contrato preliminar no Código Civil de 2002  
10.2 Contrato com pessoa a declarar  
10.2.1 Conceito  
10.2.2 Natureza jurídica  
10.2.3 Aplicações práticas  
10.2.4 Contrato com pessoa a declarar e institutos afins  
10.2.5 Disciplina no Código de 2002



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

<b>UNIDADE XI</b>	<b>DA EXTINÇÃO DO CONTRATO</b>
11.1	Modo normal de extinção
11.2	Extinção do contrato sem cumprimento
11.3	Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato
11.4	Causas supervenientes à formação do contrato
11.5	Resilição
11.6	Morte de um dos contratantes
11.7	Rescisão
<b>UNIDADE XII</b>	<b>DA COMPRA E VENDA</b>
12.1	Conceito e características do contrato de compra e venda
12.2	Unificação da compra e venda civil e mercantil
12.3	Natureza jurídica da compra e venda
12.4	Elementos da compra e venda
<b>UNIDADE XIII</b>	<b>DA COMPRA E VENDA</b>
13.1	Efeitos da compra e venda
13.2	Limitações à compra e venda
13.3	Vendas especiais
13.3.1	venda mediante amostra
13.3.2	venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>
<b>UNIDADE XIV</b>	<b>DA TROCA OU PERMUTA / DO CONTRATO ESTIMATÓRIO</b>
14.1	Da troca ou permuta
14.1.1	Conceito e caracteres jurídicos
14.1.2	Regulamentação jurídica
14.2	Do contrato estimatário
14.2.1	Conceito e natureza jurídica
14.2.2	Regulamentação legal
<b>UNIDADE XV</b>	<b>DA DOAÇÃO</b>
15.1	Conceito e características
15.2	Objeto da doação
15.3	Promessa de doação
15.4	Espécies de doação
15.5	Restrições legais
15.6	Da revogação da doação
<b>UNIDADE XVI</b>	<b>DA LOCAÇÃO DE COISAS</b>
16.1	Conceito e natureza jurídica
16.2	Elementos do contrato de locação
16.3	Obrigações do locador
16.4	Obrigações do locatário
<b>UNIDADE XVII</b>	<b>DA LOCAÇÃO DE COISAS</b>
17.1	Disposições complementares
17.2	Locação de prédios
17.3	Locação de prédio urbano
<b>UNIDADE XVIII</b>	<b>DO EMPRÉSTIMO / DO COMODATO / DO MÚTUO</b>
18.1	Do empréstimo
18.1.1	conceito
18.1.2	espécies
18.2	Do comodato
18.2.1	conceito e características
18.2.2	direitos e obrigações do comodatário
18.2.3	direitos e obrigações do comodante
18.2.4	extinção do comodato
18.3	Do mútuo
18.3.1	conceito
18.3.1	características
18.3.2	requisitos subjetivos
18.3.3	objeto do mútuo



## 18.3.4 direitos e obrigações das partes

<b>UNIDADE XIX</b>	<b>DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS / DA EMPREITADA</b>
19.1	Da prestação de serviços
19.1.1	conceito
19.1.2	natureza jurídica
19.1.3	duração do contrato
19.1.4	extinção do contrato
19.1.5	disposições complementares
19.2	Da empreitada
19.2.1	conceito
19.2.2	características
19.2.3	espécies de empreitada
19.2.4	verificação e recebimento da obra
19.2.5	responsabilidade do empreiteiro
19.2.6	extinção da empreitada
<b>UNIDADE XX</b>	<b>DO DEPÓSITO</b>
20.1	Conceito
20.2	Características
20.3	Espécies de depósito
20.4	Depósito voluntário
20.5	Obrigações do depositante
20.6	Obrigações do depositário
20.7	Depósito necessário
20.8	Depósito irregular
20.9	Ação de depósito
20.10	Prisão do depositário
<b>UNIDADE XI</b>	<b>DO MANDATO</b>
21.1	Conceito
21.2	Características
21.3	Mandato e representação
21.4	Pessoas que podem outorgar procuração
21.5	Pessoas que podem receber mandato
21.6	A procuração como instrumento do mandato. Requisitos e substabelecimento
21.7	Espécies de mandato
21.8	Mandato especial e geral, e mandato em termos gerais e com poderes especiais
21.9	Mandato outorgado a duas ou mais pessoas
21.10	Aceitação do mandato
21.11	Ratificação do mandato
21.12	Obrigações do mandatário
21.13	Obrigações do mandante
21.14	Extinção do mandato
21.15	Irrevogabilidade do mandato
21.16	Mandato judicial
<b>UNIDADE XII</b>	<b>OUTRAS ESPÉCIES CONTRATUAIS</b>
22.1	Da comissão
22.2	Da agência e distribuição
22.3	Da corretagem
22.4	Do transporte
22.5	Do seguro
22.6	Da constituição de renda



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- 22.7 Do jogo e da aposta
- 22.8 Da fiança
- 22.9 Da transação
- 22.10 Do compromisso e da arbitragem

---

#### IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

---

#### V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

---

#### VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro – Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais*. 3º Vol. São Paulo: Editora Saraiva.
- GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. V. 3. São Paulo: Saraiva. 2004.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil - Contratos*. São Paulo: Editora Saraiva.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil - Contratos - Vol. III*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil - Contratos*. V. 3. São Paulo: Editora Saraiva.
- VENOSA, Silvio de Salva. *Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos*. São Paulo: Atlas.

---

#### VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. Rio de Janeiro: Editora Forense, vol. I e II.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Responsabilidade Civil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.



<b>DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO EMPRESARIAL III (TÍTULOS DE CRÉDITO E CONTRATOS COMERCIAIS)</b>	<b>C/H: 080 H/A</b>
<b>CURSO:</b>	<b>DIREITO</b>	<b>CÓDIGO: 5099</b>
<b>FACULDADE:</b>	<b>CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA</b>	<b>PERÍODO: 5º.</b>
<b>CATEGORIA:</b>	<b>PROFISSIONAL</b>	

#### PROGRAMA DA DISCIPLINA

##### I – EMENTA

Teoria geral do direito cambiário. Títulos de Crédito: letra de câmbio, nota promissória, duplicata, cheque. Endosso. Aval. Protesto. Aceite. Ação cambial. Títulos de crédito impróprios.

##### II – OBJETIVOS

- Identificar as características e a função econômica dos títulos de crédito.
- Identificar e aplicar os institutos dos títulos de crédito.
- Identificar a força executiva e as ações que tutelam a relação jurídica cambial, aplicando-as em cada caso.

##### III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>UNIDADE I</b>	<b>NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O CRÉDITO</b>
	1.1 O crédito. 1.2 Conceito de título de crédito. 1.3 Características dos títulos de crédito: Literalidade. Autonomia. Cartularidade. Independência. Abstração. 1.4 Classificação dos títulos de crédito. 1.5 Inoponibilidade das exceções. 1.6 Cessão de crédito
<b>UNIDADE II</b>	<b>CONSTITUIÇÃO E EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO CAMBIÁRIO. LETRA DE CÂMBIO.</b>
	2.1 Saque da letra de câmbio. 2.2 Requisitos da letra de câmbio. 2.3 Cláusula mandato. 2.4 Títulos em branco ou incompleto. 2.5 Aceite da letra de câmbio 2.6 Recusa parcial do aceite 2.7 Cláusula não aceitável. 2.8 Endosso da letra de câmbio. 2.9 Endosso da letra de câmbio 2.10 Endosso impróprio. 2.11 Endosso e cessão civil de crédito. 2.12 Circulação cambial.
<b>UNIDADE III</b>	<b>CONSTITUIÇÃO E EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO CAMBIÁRIO II.</b>
	3.1 Aval da letra de câmbio. 3.2 Avais simultâneos. 3.3 Aval e fiança. 3.4 Aval e garantia extracartulares.



- 3.5 Vencimento comum e extraordinário.
- 3.6 Pagamento. Prazo para apresentação. Cautelas no pagamento
- 3.7 Protesto. Pagamento em cartório. Cancelamento do protesto.
- 3.8 Ação cambial.

<b>UNIDADE IV</b>	<b>TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE. NOTA PROMISSÓRIA</b>
-------------------	--

- 4.1 Conceito. Requisitos.
- 4.2 Regime jurídico
- 4.3 Caracterização e distinção entre nota promissória e letra de câmbio.
- 4.4 Nota promissória vinculada a contrato

<b>UNIDADE V</b>	<b>TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE. CHEQUE</b>
------------------	--

- 5.1 Conceito. História. Natureza jurídica.
- 5.2 Emissão. Requisitos.
- 5.3 Modalidades de cheque.
- 5.4 Pagamento do cheque.
- 5.5 Cheque sem fundos.
- 5.6 Cheque como prova de pagamento. O pagamento *pro solvendo*.
- 5.7 O endosso do cheque.
- 5.8 O aval
- 5.9 Apresentação do cheque.
- 5.10 Rescisão do cheque.
- 5.11 Ação por falta de pagamento. Prescrição.

<b>UNIDADE VI</b>	<b>TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE. DUPLICATAS.</b>
-------------------	---

- 6.1 Duplicata mercantil. Histórico. Conceito. Fatura.
- 6.2 Causalidade da duplicata mercantil. Duplicata simulada.
- 6.3 Aceite. Protesto.
- 6.4 Exigibilidade de crédito por prestação de serviços
- 6.5 Títulos de crédito por prestação de serviços
- 6.6 Ações fundadas na duplicata.

<b>UNIDADE VII</b>	<b>TÍTULOS DE CRÉDITO IMPRÓPRIOS</b>
--------------------	--------------------------------------

- 7.1 Títulos de crédito impróprios.
- 7.2 Títulos bancários.
- 7.3 Títulos de financiamento de atividade econômica.
- 7.4 Cédula de crédito bancário.
- 7.5 Títulos de crédito inominados.

---

**IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

---

**V – AVALIAÇÃO**

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

---

**VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- ALMEIDA, Amadeu Pires. *Teoria e prática dos títulos de Crédito*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Manual direito comercial*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.
- DÓRIA, Dilson. *Curso de Direito Comercial*. 9ª ed. Vol. I, II. São Paulo: Saraiva. 1994.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 23ª ed. São Paulo: Saraiva vol. I eII, 1998
- ROSA JR., Luiz Emydgio F. da. *Títulos de crédito*. 2. ed. Rio de Janeiro : renovar, 2002.

---

**VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- CAMPINHO, Sérgio. *O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Renovar. 2002
- MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.